

PESSOAS E IDEIAS EM TRÂNSITO

PERCURSOS E IMAGINÁRIOS

RITA BASÍLIO DE SIMÕES
CLARA SERRANO
SÉRGIO NETO
JOÃO MIRANDA
(ORGS.)



IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

**DO RISORGIMENTO À REPÚBLICA: A ITÁLIA
EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL**

Vera de Matos
CEIS20/FLUC
0000-0002-7686-4273

Resumo: Este artigo evidencia as dificuldades inerentes à construção de uma identidade nacional em Itália após a unificação política, ocorrida entre 1861 e 1871. Os particularismos dos antigos Estados continuaram muito presentes, impedindo a germinação de sentimentos de pertença a uma mesma comunidade nacional.

Palavras-chave: Identidade nacional; Unificação italiana; Nacionalismo; Patriotismo; Nação democrática

Abstract: This article explains how difficult the creation of a national identity in Italy was after its political unification in 1861-1871. The singularities of the former States were always very present and this kept the Italians from being inserted into a shared national community.

Keywords: National identity; Italian unification; Nationalism, Patriotism; Democratic nation

Introdução

A construção da Itália enquanto Estado com uma identidade nacional começou em meados de Oitocentos. Neste artigo apresentamos, em três pontos, um painel das diversas abordagens acerca da edificação do Estado italiano e a construção de uma identidade nacional. No primeiro ponto, recuaremos até ao *Risorgimento* (1849-1870) e à unificação dos diversos Estados existentes na península e nas ilhas itálicas, governados por príncipes italianos, pelos Bourbons, pelos Habsburgos e pela Santa Sé, no Reino de Itália, encabeçado pela Casa de Saboia (1861-1870). O objetivo é explicar por que a construção de uma identidade nacional encontrou maiores e mais complexas dificuldades do que a unificação política. No ponto dois, centramo-nos no período fascista (1922-1945). Para os principais teóricos do fascismo, os italianos não dispunham de uma identidade nacional e este facto impedia que se visse neles um povo. Daí que o *Duce* Benito Mussolini assumisse como sua missão superior a criação, segundo os dogmas fascistas e a expensas dos direitos democráticos, de uma verdadeira nação de italianos. Porém, a lógica imperialista inerente a este projeto, que tinha como fator de glorificação a feitura da guerra, levou a Itália à ruína moral e material no final da II Guerra Mundial. No ponto três veremos como a Itália, no após-guerra, queria a todo o custo expurgar-se da ligação ao fascismo. A Monarquia dos Saboias, enfraquecida pelas ligações ao regime de Mussolini, caía em 1946. Abria-se então a Era da República, com os responsáveis políticos a orquestrar um lato projeto de valorização da Itália enquanto nação de identidade democrática, em pleno contraponto ao antidemocratismo do regime fascista.

«*Qui si fa l'Italia o si muore!*»¹

Na exegese historiográfica, o termo *Risorgimento* refere-se ao movimento político de inspiração iluminista e romântica que tinha como objetivo, na esteira da Revolução Francesa (1789), destruir o absolutismo monárquico e promover o *aggiornamento* material e espiritual dos italianos. Neste sentido, designava também a esperança confiante num futuro no qual a Itália, dividida, ocupada e impotente, ressurgiria virtuosa, magnânima, livre e unida (Guichonnet, 1970: 6).

A ideia de uma Itália unificada e libertada da soberania estrangeira, exercida pelas casas reinantes da Espanha e da Áustria, coincidiu com a difusão das ideias liberais em pleno Iluminismo, já no século XVIII, sobretudo na burguesia. Com a Revolução Francesa e a conquista da península itálica pelo exército francês (1793-1797), sob o comando de Napoleão Bonaparte, que ali criou diversos Estados dependentes da França, estas ideias tiveram um rápido desenvolvimento e um sentimento nacional italiano começou a implantar-se entre a população, extravasando os círculos intelectuais, aristocráticos e burgueses. Derrotado Napoleão na batalha de Waterloo, a 18 de junho de 1815, acontecimento que pôs fim às Guerras Napoleónicas iniciadas em 1803, o Congresso de Viena (1814-1815) repunha os soberanos destronados nos seus reinos itálicos e impunha, em algumas situações, um quadro político e jurídico diferente daquele existente no período pré-napoleónico. Era o caso da anexação do Véneto, anterior-

¹ Grito de guerra atribuído pelo escritor italiano Giuseppe Cesare Abba a Giuseppe Garibaldi, um dos grandes heróis da unificação da Itália. Dirigido aos seus soldados na batalha de Calatafimi (15 de maio de 1860), travada contra as tropas do Rei das Duas Sicílias, pelo seu ímpeto inspirador e pela capacidade de sintetizar a importância da construção de uma Itália politicamente unificada sob a soberania da Casa de Saboia, tornou-se numa máxima emblemática do *Risorgimento* (Fumagalli, 1995: 345-346).

mente incluído no Reino da Lombardia, pela Áustria e a junção dos reinos de Nápoles e da Sicília no Reino das Duas Sicílias. Nesta altura, a Itália ficava dividida em oito Estados: o Reino da Sardenha, englobando a parte noroeste e a ilha homónima, governada pela Casa de Saboia; o Reino da Lombardia-Veneza, na parte nordeste da península, pertencente ao Império Austríaco, governado pelos Habsburgos; os ducados de Parma, de Luca, ambos governados pela dinastia de Bourbon, espanhola, e de Modena, integrado na Áustria; o Grão-ducado da Toscana; os Estados Pontifícios, correspondentes a toda a parte central da Itália, incluindo Roma; e o Reino das Duas Sicílias, englobando a Sicília e o sul da Itália, também governado pelos Bourbons. No entanto, como os ideais revolucionários franceses, assentes na tríade liberdade, igualdade e fraternidade, permaneciam na vida política italiana, cultivados nas publicações literárias, nos salões burgueses e pelas sociedades secretas de inspiração maçónica que iam sendo instituídas (era o caso, por exemplo, da Carbonária), a conjuntura tornou-se fértil em ideais, ideologias e doutrinas que serviram de base a diversos programas políticos reacionários romântico-nacionalistas, republicanos, socialistas, anticlericais, liberais ou monárquicos. Neste panorama, evidenciava-se, quer a ambição expansionista do Reino da Sardenha, governado pelos Saboias, quer o desejo de libertação do Reino da Lombardia face ao jugo austríaco e, ainda, transversal aos diversos Estados, uma ambição ao nível do melhoramento da situação socioeconómica através da importação da tecnologia criada pela revolução técnico-industrial. Sobressaía também um conjunto de personalidades importantes, como Giuseppe Mazzini, figura proeminente do movimento liberal republicano, Giuseppe Garibaldi, republicano de simpatias socialistas, Camillo Benso, Conde de Cavour, estadista com grande reputação nos círculos políticos e diplomáticos da Europa, Vittorio Emanuele II, Rei da Sardenha-Piemonte, hábil

a instituir o Reino de Itália (1861), Carlo Cattaneo, federalista radical, ou ainda Vincenzo Gioberti, defensor da constituição de uma confederação entre os Estados italianos monárquicos e pontifícios sob a presidência do Papa Pio IX (Guichonnet, 1970: 9-83; Beales, 1981: 20-61; Ciuffoletti, 1994: 11-52).

Na segunda metade dos anos 40, falidos os ímpetos revolucionários antimonárquicos, ganhavam preponderância os projetos unionistas liberais moderados. A 28 de novembro de 1847, a Sardenha e o Piemonte, governados pelo Rei Carlo Alberto de Saboia, eram transformados numa união política e administrativa de cariz liberal, dotada com um único Estado e leis iguais para todos os súbditos. Em 1848, em plena «Primavera dos Povos»², o Monarca decidia que seria o Reino da Sardenha-Piemonte a promover a unificação da Itália, pois só assim poderia obter a liderança do movimento unitário e evitar que este fosse controlado pelas forças revolucionárias. O primeiro passo dado nesta direção seria a concretização da I Guerra da Independência (1848-1849) contra a Áustria, país ao qual pertenceria a vitória. Carlo Alberto abdicava então em nome do seu herdeiro, Vittorio Emanuele II, e, em meados dos anos 50, o Reino sardo-piemontês conseguia impor-se como o foco do despertar nacional. «Faite l'Italie et je suis avec vous; sinon, non», dizia o patriota veneziano Daniele Manin (citado por Guichonnet, 1970: 80). Era este o grito de ordem geral, tornando-se fundamental a utilização de canais de propaganda destinados a estabelecer a comunicação e a concertação entre os diversos quadrantes político-ideológicos para formar uma elite liberal que estendesse o liberalismo piemontês ao conjunto da Itália (Beales, 1981: 61-74; Schulze, 1997: 211-212).

² A «Primavera dos Povos» (1847-1848) consistiu numa sucessão de movimentos revolucionários em toda a Europa, Itália incluída, destinados a libertar as populações do autoritarismo régio e do jugo político estrangeiro (Rémond, 1994: 235-245; Hermet, 1996: 131-158; Schulze, 1997: 195-226).

Entretanto, em França, Luís Napoleão, depois de ter transformado a II República no II Império francês, tornava-se no Imperador Napoleão III (1852). O equilíbrio entre as potências europeias, tal como definido no Congresso de Viena, desaparecia e as alianças entre os Estados modificavam-se. Tirando partido da instabilidade político-militar que se perfilava, o Governo sardo-piemontês, conduzido pelo Primeiro-ministro Camillo Benso, Conde de Cavour, obtinha da França e da Inglaterra o apoio externo necessário para a independência do Reino da Lombardia-Veneza face ao Império Austríaco, um sucesso que aproximou massivamente os patriotas italianos da dinastia de Saboia (Beales, 1981: 68-81; Ciuffoletti, 1984: 48-52; Schulze, 1997: 210-211).

Em plena II Guerra da Independência (1859) contra a Áustria³, os ducados de Modena, Parma e Luca, os Estados Pontifícios da região Emília-Romanha e o Grão-Ducado da Toscana demonstravam que pretendiam integrar o Reino da Sardenha-Piemonte, o que acontecia em 1860. Em abril deste ano, o Reino sardo, vitorioso sobre o Exército austríaco, anexava a Lombardia e parte do Vêneto. Um passo ulterior em direção à unidade seria dado com a expedição *Dei Mille*, conduzida por Giuseppe Garibaldi no sul da Itália. A 1 de outubro de 1860, com a vitória das tropas garibaldinas na Batalha de Volturno, toda a região era definitivamente subtraída à soberania da dinastia Bourbon. Simultaneamente, as tropas de Vittorio Emanuele II conquistavam os territórios pontifícios situados nas regiões da Úmbria e das Marcas, sendo eles também integrados

³ Iniciada a 27 de abril de 1859, tinha sido previamente preparada entre o Reino da Sardenha-Piemonte e a França com os acordos de Plombières (julho de 1858). Note-se que se a França favorecia a independência do norte de Itália, para obter prestígio e demonstrar que era um Estado progressista e não antirrevolucionário, não pretendia a unificação política por temer a perda da sua influência na região e as ambições expansionistas do Governo sardo-piemontês no Mediterrâneo. A II Guerra da Independência terminou a 12 de julho de 1859, com a derrota da Áustria (Schulze, 1997: 210-211; Cacace & Mammarella, 2010: 4-5).

no Reino da Sardenha-Piemonte. A 17 de março de 1861, depois de legitimada a integração política das regiões do norte, do centro e do sul com o referendo de 21 de outubro de 1860, o Reino de Itália era proclamado, com Vittorio Emanuele II a receber o título de Rei da Itália⁴ (Guichonnet, 1970: 84-107; Beales, 1981: 81-92; Cacace & Mammarella, 2010: 19-26).

Com a proclamação do Reino, o Governo Real, as elites intelectuais e a burguesia liberal moderada iniciaram um processo de unificação cultural e identitária, cujo objetivo seria converter os italianos num povo unido e dotado com altos valores patrióticos, assentes nos ideais da liberdade, igualdade e espírito cívico, entendido este como contribuição para o bem-comum (Rosati, 2000: 111-112). É muito significativo, do ponto de vista da lógica liberal do exercício da soberania, que a unidade territorial do país, adquirida mediante uma política anexionista, fosse legitimada político-juridicamente através do plebiscito popular. Sendo este considerado um instrumento de cidadania e de manifestação de uma vontade que se pretendia nacional, a integração ficaria sancionada pelo *popolo*, dando, por conseguinte, a estabilidade necessária à constituição da nação na base de uma convivência feita de História e de cultura comum (Rusconi, 1999: 18-19). Não por acaso, Zeffiro Ciuffoletti (1994: 79) refere que a Itália entrava então «nel ciclo storico che stava producendo la fusione tra nazione, cittadinanza e statualità».

Sobrevinha, contudo, um problema maior neste processo: a construção de uma Itália uma enquanto Estado e nação na diversidade dos particularismos dos antigos Estados, promovidos ao longo dos séculos pela História, pela língua, pelas tradições, pelos usos

⁴ O processo de unificação só ficou concluído em 1870. No final de 1866, depois de uma guerra vitoriosa contra a Áustria ao lado da Prússia, a Itália adquiria a parte restante do Vêneto e a Veneza Júlia e, em 1870, Roma, até ali proclamada tão só idealmente capital do Reino (era ainda sede papal), era integrada no Reino italiano, sendo a capital transferida de Florença para a Cidade Eterna em 1871 (Guichonnet, 1970: 108-125).

religiosos e pelos índices de desenvolvimento económico, social e cultural. Tratava-se, pois, de fazer a Itália e os italianos mediante a fusão de todos os elementos que a compunham, com o Estado a assumir-se como o propulsor principal da construção da nação e não o contrário, a nação construtora do Estado. Nesta perspetiva, como a italianização chocava com a perenidade da tradição e dos costumes, a Itália surgia aos opositores da unificação política – unionistas republicanos, federalistas e católicos conservadores – como uma criação histórica artificial, não espontânea, imposta de cima para baixo, ao invés de resultar de um sentimento coletivo de pertença expressado em termos políticos e jurídicos na instituição Estado. Paralelamente, as propostas de autonomia apresentadas por lombardos, toscanos, napolitanos e sicilianos ao Parlamento do novo Reino de Itália constituíam evidências claras da permanência de um espírito autonomista (Ciuffoletti, 1994: 53-60).

Temendo que a recente unidade fosse ameaçada pelas agitações internas, os governantes italianos optavam pelo modelo de Estado-nação concretizado em França, após a Revolução de 1789. Este paradigma corporizava uma nação una e indivisível sob um Estado central forte, com um poder local limitado. E isto porque, tanto em França como em Itália, os governantes entendiam que a atribuição de poderes às instituições locais inviabilizava, por fragilizar, a soberania do poder central, o único capaz de impor a igualdade entre os cidadãos e de criar as condições propícias ao exercício da soberania popular e à salvaguarda da liberdade política (*idem*: 5-7).

A influência da Revolução Francesa é ainda visível ao nível dos princípios sobre os quais assentava a construção do Estado nacional e o renascimento civil e moral dos italianos: a sacralização da nação e o culto através de uma religião de cânones laicos (Gentile, 1998: 5). O Estado surgia como o educador do povo com o objetivo de promover, através da participação coletiva em ritos de socialização e de solidarização identitários, a inculcação individual do

amor pela pátria e do respeito pelas suas leis, considerados como sólidos sustentáculos da unidade política (*idem*: 5-12).

Significaria isto que a Itália estava a nascer enquanto nação? Que estava a desenvolver-se uma consciência nacional? Como nota Dieckhoff (2000: 112), a unificação nacional ficou imperfeita, dificultada pela persistência de um forte «campanilisme», de um regionalismo não menos afirmado e pela própria política de italianização seguida pela Monarquia e respetiva receção pelas massas populares.

Efetivamente, conclui o historiador Emilio Gentile (1998: 10-12), a ação pedagógica do Estado e as tentativas para criar uma religião laica, assente no culto da pátria, não foram bem-sucedidas, o que limitou a exemplaridade do *Risorgimento* quer como mito, quer como revolução nacional com capacidade para modificar os indivíduos e criar o consenso popular. As manifestações de patriotismo (tais que homenagens *post mortem* aos heróis notabilizados nas guerras da independência, como Garibaldi e Cavour, para além do culto da Monarquia na pessoa de Vittorio Emanuele II, o *padre della patria*) ocorriam circunscrita e ocasionalmente, organizadas de forma descoordenada, com poucos financiamentos e perante o ceticismo e a indiferença generalizados. Por outro lado, se era notória a falta de entusiasmo entre a coletividade, os governantes evitavam promover os ajuntamentos das massas numa conjuntura de ascensão do republicanismo e do socialismo, com receio de motins. Nem mesmo as instituições educativas (a escola e o exército, fundamentalmente) obtiveram sucesso como inculcadoras de sentimentos nacionais. O ensino obrigatório era limitado e se a educação física integrava este processo, simbolizando a virilidade e a saúde adquiridas para a defesa da pátria, na prática, as associações gímnicas, agregando sobretudo a burguesia, limitavam a consciencialização nacional a um estrato preciso da população, excluindo as classes baixas, mais nacionalizáveis. Já o exército surgia *a priori* como o defensor máximo da religião

da pátria, inculcando, mediante o serviço militar obrigatório, a civilidade e a devoção ao Rei. Mas também aqui as classes dirigentes não mostraram constância e coerência na aplicação de estratégias comunicativas, falhando na elaboração de uma postila de axiomas nacionais e patrióticos (*idem*: 15-38).

Nos primeiros anos do século XX, o *Risorgimento* era considerado como uma revolução falhada, não só devido ao alheamento quase geral dos italianos face à unificação, mas também porque a sua axiologia primordial, assente nos valores patrióticos republicanos da Revolução Francesa, diluía-se no funcionalismo, no centralismo e na burocratização do Estado, acabando por desaparecer numa conjuntura marcada pelo acentuado autoritarismo do poder político.

O fascismo e a nova Itália

Problematizando o fascismo na perspectiva da construção da identidade italiana, há a sublinhar que o seu programa político foi construído atendendo a duas constatações fundamentais: a inexistência dos italianos enquanto nação una e vera e a impossibilidade de produzir uma nação italiana segundo os postulados da democracia liberal. Neste sentido, para os fascistas, o impulso vital para a sua criação não procederia da liberdade subjetiva do demoliberalismo mas de um Estado omnipresente e onnipotente, capaz de libertar os ímpetos nacionalistas existentes em cada italiano. Para tal, o Estado coletaria no subconsciente da memória coletiva a imagem da grandeza do Império Romano, genésico da unidade italiana, articulando-as com o mito do *Risorgimento*, onde este aparecia como uma revolução a continuar pelo fascismo⁵.

⁵ A título exemplificativo, citamos o discurso de Benito Mussolini, pronunciado em 1932, em Roma, por ocasião da inauguração da estátua equestre de Anita Garibaldi,

Na lógica fascista, um *Stato Nuovo* criaria a nova ordem necessária ao concerto interno, superando o sistema anterior, tido por decadente e inútil. Recordemos que a crise finissecular havia reacendido a polémica em torno da inexistente unidade e da centralização excessiva e definhadora de Roma com a Lombardia, o Véneto e as zonas meridionais a darem novo alento à questão do regionalismo e da descentralização administrativa do Estado (Ciuffoletti, 1994: 81-99). Neste contexto, a industrialização do norte e o carácter agrícola do sul reforçavam a ideia da existência de duas Itálias irredutivelmente inconciliáveis do ponto de vista político e económico, com o setentrão a reivindicar a autonomia político-administrativa para adquirir maior liberdade na execução das políticas locais desenvolvimentistas e o suão a acusar o Estado centralista de prejudicar o desenvolvimento do *Mezzogiorno* (através, por exemplo, de uma elevada carga fiscal) em prol dos benefícios dos latifundiários e das clientelas municipais (*idem*: 96-97). No após I Guerra Mundial, os discursos em torno das virtudes do federalismo e do regionalismo recrudesciam, motivados pela anexação dos territórios irredentos (o Trentino, o Alto Ádige, Trieste, a Gorizia e a Ístria) como recompensa da combatividade da Itália ao lado dos vencedores. Territórios que, para além de acolherem uma população italiana minoritária, possuíam sólidas tradições de autonomia administrativa (recebida

companheira de Giuseppe Garibaldi. Nele se alude à linha de continuidade entre os camisas vermelhas oitocentistas e os camisas negras fascistas: «Durante tutta la sua vita egli [Giuseppe Garibaldi] ebbe il cuore infiammato da una sola passione: l'unità e l'indipendenza della patria. [...] Garibaldino è vivo più alto e più possente che mai nella coscienza della nazione e nelle coscienze di libertà. Le generazioni del nostro secolo, cariche già di sanguinose esperienze, attraverso la più grande guerra che l'umanità ricordi [a I Guerra Mundial], ebbero un pregio. Se il cavaliere bronzeo che sorge qui vicino [refere-se à estátua de Garibaldi, no jardim do Gianicolo, em Roma, próxima da estátua de Anita] diventasse uomo vivo e aprisse gli occhi mi piace sperare che egli riconoscebbe la discendenza delle sue camicie rosse nei soldati di Vittorio Veneto e nelle camicie nere che da un decennio continuano sotto forma ancora più popolare e più feconda, il suo volontarismo. E sarebbe lieto di posare il suo sguardo su questa Roma, luminosa, vasta, pacificata, che egli amò di infinito amore e che fin dai primi anni della giovinezza identificò con l'Italia» (Mussolini, 1932, par. 2-4).

de Viena) e culturas diferenciadas, acentuando ainda mais a heterogeneidade e os particularismos da Itália (*idem*: 101, 113-114).

Na nova doutrina política, a nação, entendida como organismo coletivo, tornava-se, como escreve o investigador Zeffiro Ciuffoletti (1994: 117), no «soggetto primario della produzione della coscienza e dell'azione politica». A construção da nação figurava, pois, como condição *sine qua non* para a existência de uma Itália com consciência e identidade nacionais, pelo que ao Estado caberia a árdua tarefa de garantir e produzir a unidade interna. Segundo Giovanni Gentile, um dos teóricos do fascismo italiano, a solidariedade entre os indivíduos não provinha da raça, da língua ou da tradição, mas da capacidade do Estado em promover sentimentos patrióticos ao uni-los, através de valores intelectuais e morais comuns, numa mesma conceção do mundo (Gentile, 1997, citado por Rosati, 2000: 89). Neste sentido, operava-se a fusão entre o Estado fascista e a nação, ou a fascização da nação, como meio de supressão de todas as ligações espontâneas que os indivíduos pudessem ou tivessem vindo a desenvolver a fim de impedir que outros laços enfraquecessem a fidelidade absoluta que o Estado exigia aos seus cidadãos (Ciuffoletti, 1994: 108). Como bem assinala Enzo Traverso (2001: 123), «[l'État fasciste] a vocation à absorber en lui la société civile dans son ensemble, qui cesse ainsi d'être composée d'individus pour laisser la place à l'unité organique de la nation».

Assim sendo, perante as veleidades autonomistas demonstradas pelas novas regiões anexadas, pela Sicília, pela Sardenha, pela Lombardia e pelo Vêneto, o fascismo optava pela supressão dos particularismos locais e regionais (Ciuffoletti, 1994: 117-118). Esta posição é claramente assumida por Benito Mussolini num discurso dirigido aos italianos, em setembro de 1920, onde fazia uma apreciação genérica da História nacional para explicar os objetivos e o programa do fascismo. O local era por si importante: Trieste, uma das províncias irredentas. A data também: 1920, pouco depois

das anexações. Mussolini evidenciava a legitimidade da posse dos novos territórios como um derradeiro ato de libertação do domínio germânico, assinalando-a como uma vitória «colossal» das baionetas do povo sobre as autoridades de Viena:

«Ora, dopo mezzo secolo di vita italiana, [...] Trieste è italiana e sul Brennero sventola il tricolore. Se fosse possibile attardarci un minuto a misurare la grandiosità dell'evento, voi trovereste che il fatto che sul Brennero ci sia il tricolore, è un fatto di importanza capitale, non solo nella storia italiana, ma anche nella storia europea. Il tricolore sul Brennero significa che i tedeschi non caleranno più impunemente nelle nostre contrade» (Mussolini, 1920, par. 6).

O discurso é pleno de ovações aos italianos, à italianidade⁶ e ao prestígio histórico e cultural dos seus insignes vultos. Melhor dizendo, é um ensaio de demonstração da dialética existente entre fascismo e italianidade, cuja síntese seria a transformação da Itália numa egrégia nação de italianos, com estes a reconhecerem-se, orgulhosos, como parte da mesma comunidade:

«Quale l'azione del fascismo in questo periodo così travagliato del dopoguerra? Primo pilastro fondamentale dell'azione fascista è

⁶ O vocábulo italianidade possui uma asserção predominantemente cultural, embora sirva de fundamento à atuação política. Engloba o génio inventivo, literário, artístico, filosófico e religioso dos italianos, aptos a transformar ideias abstratas em ações e experimentações, assim adquirindo uma forma própria de estar no mundo, visível na referencialidade da cultura e no seu pioneirismo histórico. Julgamos ser uma interpretação plausível deste conceito a seguinte afirmação de Mussolini: «Tutto questo non deve farci dimenticare che noi abbiamo tenuto il primato, che noi eravamo grandi quando gli altri non erano nati, che mentre il tedesco Klopstock scriveva la verbosa messiaide, Dante Alighieri dal 1265 al 1321 giganteggiava. E abbiamo ancora la scultura di Michelangelo, la pittura di Raffaello, l'astronomia di Galileo, la medicina di Morgagni e accanto a questi il misterioso Leonardo da Vinci, che eccelle in tutti i campi e, se volete passare all'arte della politica e della guerra, ecco Napoleone, ma soprattutto Garibaldi latinamente italiano» (Mussolini, 1920, par. 17).

l'italianità, cioè: noi siamo orgogliosi di essere italiani, noi intendiamo, anche andando in Siberia, di gridare ad alta voce: Siamo italiani! [...]

Ora noi rivendichiamo l'onore di essere italiani, perché nella nostra penisola, meravigliosa e adorabile [...] s'è svolta la storia più prodigiosa e meravigliosa del genere umano. Pensate voi a un uomo che stia pure nel lontano Giappone o nell'America dei dollari o in qualche altro sito anche recondito, pensate se quest'uomo possa essere civile senza conoscere la storia di Roma. Non è possibile. [...] Roma è il nome che riempie tutta la storia per venti secoli. Roma dà il segnale della civiltà universale [...]. Ma se questo è stato il compito universale di Roma nell'antichità, ecco che dobbiamo assolvere ancora un altro compito universale» (*idem*, par. 13-15).

Aqui está fulgurante o mito de Roma, cidade eterna da Antiguidade, emblema da romanidade, núcleo da *Res Christiana*, em suma, a síntese entre passado, presente e futuro e a produção de um ato de fé na vitalidade perene e no destino de grandeza da estirpe italiana (Gentile, 1998: 56-57).

Para superar a realidade considerada decadente e individualista herdada do demoliberalismo, o fascismo apresentava-se como uma doutrina em perfeita osmose com as forças históricas. Neste sentido, nas palavras dos seus principais mentores, Benito Mussolini e Giovanni Gentile (2001: 136), «le fascisme est la doctrine la plus apte à représenter les tendances, les états d'âme d'un peuple qui, comme l'Italie, renaît après des siècles d'abandon ou d'esclavage». Este é um passo extremamente importante do artigo «Fascismo», publicado, em 1932, no vol. XIV da *Enciclopedia Italiana*, pois atribui claramente ao Estado fascista a missão de fazer renascer (ressurgir) a Itália, atendendo por fim aos anelos mais profundos do povo italiano (*idem*: 128).

Ao plasmar o povo italiano, o Estado fascista cedia a cada indivíduo, por via do ritualismo, da educação patriótica e da so-

ciabilização fascizante, a inclusão numa realidade que, subtraída aos instintos egoístas e às brevidades do prazer, representava um modo de vida superior (*idem*: 124). Não era, por conseguinte, a nação a criar o Estado, mas o Estado, entendido como vontade ética universal, a criar a nação e as suas leis (*idem*: 127-128). Nas palavras de Mussolini e de Giovanni Gentile:

«L'État [...] est un fait intellectuel et moral, car il concrétise l'organisation politique, juridique, économique de la nation, une organisation qui, dans ses origines et dans son évolution, est une manifestation d'esprit. L'État est le garant de la sûreté intérieure et extérieure, mais il est aussi le gardien, le messenger de l'esprit du peuple tel qu'il a été élaboré au cours des siècles par la langue, les mœurs, les croyances. [...] Dépassant la brève limite des existences individuelles, l'État représente la conscience immanente de la nation. [...] C'est l'État qui apprend aux citoyens la vertu civique, les rend conscients de leur mission, les engage à l'unité; c'est l'État qui harmonise équitablement leurs intérêts, transmet les conquêtes de la pensée dans les sciences, les arts, le droit, la solidarité humaine» (*idem*: 134).

Em suma, tudo existia dentro do Estado, nada existia fora dos seus limites.

No âmbito da problemática que vamos conduzindo, o fascismo deve ainda ser equacionado como religião política, ou seja, como um conjunto de crenças referente a uma entidade transcendente (o Estado), legitimadora da construção/integração de uma comunidade política⁷. Crenças que se manifestavam através dos cultos laicos

⁷ As religiões políticas surgem no contexto da sacralização da política, definindo, de forma independente face à religião tradicional, o fim último da existência humana enquanto vivência político-societária. Segundo o historiador Emilio Gentile (2001: 14), «cela advient chaque fois qu'une entité politique – la nation, l'État, la race, la

estatizados que funcionavam como instrumentos reforçadores da identidade político-nacional. A produção destes cultos resultava de um processo sincrético entre elementos das religiões cívicas preexistentes e da tradicional religião católica. Citando o investigador Gian Enrico Rusconi (1999: 43):

«Con la stabilizzazione del fascismo le versioni civili-religiose sia liberale sia reppublicana risorgimentali vengono travolte e assorbite in una nuova, totalizzante «religione politica». Il fascismo crea e impone senza possibilità di alternativa un legame comunitario nazionale, utilizzando motivi fideistici, mitico-sacrali, portando all'estremo alcuni elementi della «religione della patria» tradizionale, ormai scissi dalla «religione della libertà».

Mussolini proclamava-se, nas palavras do escritor antifascista italiano Novello Papafava (1899-1973), «l'unique interprète et dépositaire de la nouvelle religion de la patrie» e quem não cultuasse a pátria segundo os dogmas mussolinianos e os ritos oficiais convertia-se num «hérétique qui doit être livré au feu purificateur des mousquets de la milice national» (Papafava, 1923, citado por Gentile, 2005: 86). Como Mussolini reconhecia no artigo «Fascismo», mencionado *supra*, o Estado pretendia construir, para além de uma unidade política, uma comunidade ética e espiritual. Nesta asserção o Estado era simultaneamente uma nova igreja na medida em que promovia laços místicos, exaltava os princípios do sacrifício e da renúncia e, por fim, professava uma filosofia heroica da vida, uma ética anti-hedonista e uma conceção do mundo anti-individualista

classe, le parti, le mouvement... - se transforme en une entité sacrée, c'est-à-dire qu'elle devient transcendent, indiscutable, intangible et, en tant que telle, s'affirme comme le centre d'un système plus ou moins élaboré de croyances, mythes, valeurs, commandements, rites et symboles qui en font un objet de foi, de déférence, de culte, de fidélité, de dévouement et, si nécessaire, de sacrifice humain.

e antimaterialista (Gentile, 2005: 89). Se o materialismo e o individualismo desagregavam os italianos ao dogmatizarem a liberdade do indivíduo, desvinculando-o do coletivo e negando a existência de povos messiânicos, detentores de uma missão específica, a nova religião religava, unia numa fé comum, numa «sola fede: l'Italia», para utilizar a expressão usada por Mussolini (1932, par. 2) no discurso «Per Anita Garibaldi», pronunciado a 30 de Maio de 1932 aquando da inauguração da estátua equestre em honra da esposa de Giuseppe Garibaldi. A importância desta afirmação está na percepção da osmose operada pelo fascismo numa conjuntura de acentuada efervescência patriótica nos anos seguintes à I Guerra Mundial. A vitória italiana à custa do sacrifício da população, o elevado número de soldados desmobilizados e desempregados, a crença na reconversão da conjuntura de crise económico-social e política criavam as condições ideais para o fortalecimento de mitos e cultos nacionais tendentes a gerar e a manter a fé no renascimento da Itália (Gentile, 1998: 41-103; Gentile, 2005).

Neste contexto, Benito Mussolini entendia também a nação italiana como um organismo de luta e de conquista disciplinado por um Estado totalitário para singrar na competição mundial pela supremacia (Gentile, 2004: 43-44). Nesta perspectiva, o Estado fascista alimentava um nacionalismo assumidamente agressivo e muito propício a ações bélicas externas para realizar a unidade nacional e colocar a Itália numa posição cimeira entre as nações, assumindo-se, por conseguinte, como Mussolini e Giovanni Gentile (2001: 128) descreviam no artigo «Fascismo», já citado, como «une puissance qui manifeste sa volonté à l'extérieur, en la faisant connaître et respecter».

A guerra pela conquista da Abissínia (1935-1936) seria a primeira concretização do belicismo expansionista italiano. Com ela, a Itália, fundadora da Sociedade das Nações, semeava a desconfiança e a inquietação na Europa, não só porque a última agressão militar contra um Estado independente levava à I Guerra Mundial, mas

também porque evidenciava a incompatibilidade formal entre o fascismo, as democracias e o direito internacional. Para os estrategas do regime, a conquista da Abissínia tornaria inequívoca a potencialidade do carácter dos italianos enquanto criadores de impérios. E esta guerra foi isso mesmo: o ponto de partida para a construção do império da nova Itália fascista, fazendo renascer simbolicamente, quinze séculos depois, o Império Romano (Mussolini, 1936). Mais tarde, depois de ter participado ao lado de Francisco Franco e dos nacionalistas na Guerra Civil de Espanha (1936-1939), vista como uma oportunidade para alargar a influência da Itália no Mediterrâneo, Mussolini aliava-se à Alemanha nazi na II Guerra Mundial, conjeturando obter extensos domínios para o seu império nos Balcãs e no norte de África, duas zonas centrais na mitologia fascista por remeterem para a grandeza imperial da Roma antiga. O *Duce* pretendia, de facto, transformar o fascismo no maior projeto alguma vez concretizado na História da Itália para a produção dos italianos (Gentile, 2005: 155). Falhou, todavia, levando a Itália, com a derrota do Eixo, para uma situação de minoridade internacional e de ruína interna. Foi então que o processo de construção identitária ganhou uma nova dinâmica em torno do conceito de «nação democrática».

Uma identidade de nação democrática

Com a exoneração de Mussolini, em julho de 1943, começava a desarticulação institucional do regime fascista. No entanto, depois de ter assinado a paz separada com os Aliados, em setembro de 1943, a Itália enfrentava uma violenta guerra civil (1943-1945), com a península a dividir-se entre o Reino de Itália e a fascista República Social Italiana, criada por Adolf Hitler e Mussolini no norte do país. A *Resistenza* continuava a atuar em prol da liberdade

dos italianos assumindo-se, também ela, como a lúdima herdeira do *Risorgimento*. Finda a II Guerra Mundial, a Itália entrava num período de reconversão político-institucional (1946-1948) assinalado pelo referendo que levaria à implantação da República (1946) e pela promulgação da Constituição republicana (1948). É este conjunto de acontecimentos que estrutura os exercícios de autognose identitária efetuados ao longo da segunda metade do século XX.

As conclusões divergem consoante os autores, havendo quem considere os italianos como incapazes de instituir um sentimento coletivo de pertença nacional ou, contrariamente, que existe uma consciência e identidade nacionais em contínua reconfiguração. O debate decorre ainda em torno da existência ou não de sentimentos patrióticos na construção, para uns, de uma Itália nova ou ressurgida, para outros, de uma não-Itália. As reflexões surgem da correlação entre os nexos patriotismo/pátria/liberdade/democracia e nação/modernidade/unidade. De um modo geral, considera-se que o primeiro nexo prevaleceu no período conturbado de 1943-1948, embora acabasse por ser preterido em favor do segundo, porquanto considerado mais propício à estabilização interna, ameaçada pela influência política dos comunistas dentro de portas. Recentemente, ganha força uma lógica discursiva e demonstrativa da existência de uma identidade nacional construída sobre a noção de «patriotismo constitucional», desenvolvida por Jürgen Habermas desde os meados dos anos 80 do século XX, mais indutora de ações futuras do que explanadora de factos históricos (Habermas 1989; Habermas 1998). A crescente influência deste conceito, importa sublinhá-lo, é beneficiada pela evolução da realidade histórica quer externa, no referente à emergência de sociedades multiculturais e às propostas para a federalização da Europa, quer interna, a propósito da distensão dos princípios regionalistas enunciados na Constituição de 1948 e das tendências separatistas que têm acontecido no norte de Itália.

Questionamos: terá a Itália, enquanto República, sido estabelecida na base de sentimentos patrióticos? Invocará ela a memória do *Risorgimento* ou o seu idealismo?

A resposta a estas interrogações deve ter em conta a reserva dos políticos italianos em utilizar os conceitos de pátria e de patriotismo, centrais no *Risorgimento*, por se encontrarem muito presentes na propaganda fascista. Ao instrumentalizar o patriotismo, o fascismo subverteu a sua asserção primordial de exercício virtuoso e humanista da cidadania no seio de uma comunidade cívica. Assim se compreende que o vocábulo patriotismo remeta ainda hoje para o fascismo e para o nacionalismo, pelo que, como nota Massimo Rosati (2000: XIII), seja impossível para o senso comum pensar num possível «patriotismo dei democratici». Nesta perspetiva, o patriotismo, conotado com o nacionalismo, é tido como uma atitude política que leva ao «ensimesmento» e à exclusão do outro, perdendo o seu verdadeiro significado de sentimento moral votado, não ao Estado, mas à pátria, entendida como comunidade histórica e axiológica de pertença. Desta forma, apesar de os axiomas inerentes ao patriotismo primordial – liberdade, exercício da cidadania, sacrifício pessoal em prol do coletivo e superioridade da Lei democraticamente estabelecida – terem moldado as ações da *Resistenza* e a lógica reconstrutiva da Itália no após II Guerra Mundial, a linguagem do patriotismo não foi renovada. Parafraseando Maurizio Viroli (2001: 166), «gli intellettuali italiani non riuscirono a tradurre quelle passioni e quei sentimenti in cultura; non sappero dire che patria vuol dire libertà comune e che l'amore della patria è un impegno generoso che non ha nulla in comune con il nazionalismo». Uma falta gravosa, como bem remata, pois «senza patriotismo non si costruisce e non si conserva una buona società liberale» (*idem*). Neste sentido, para Viroli, se a «pátria» fora corrompida, impedindo que a sua essência original fosse recuperada pelos antifascistas, apenas

restava declarar o seu fenecimento. Não a morte da Pátria grafada com maiúscula, mas a da pátria dos fascismos e dos nacionalismos.

A ideia da existência de duas noções de pátria é esboçada pelo político e historiador Carlo Rosselli (1899-1937) quando, ainda em pleno consulado de Mussolini, incitava à traição da pátria fascista: «Noi possiamo vantarci di essere traditori coscienti della patria fascista perchè ci sentiamo fedeli ad un'altra patria» (Rosselli, 1992, citado por Viroli, 2001: 161). Esta outra pátria, continuando a citar Rosselli (*idem*: 160), «non si misura a frontiere e cannoni, ma coincide col nostro mondo morale e con la Patria di tutti gli uomini liberi». O fascismo exaltava uma Itália e a uma nação particulares, *sui generis* numa pretensa democraticidade, pelo que os antifascistas deveriam, segundo Rosselli, continuar a defender a ideia de uma nação, mas uma nação livre, aberta à Europa e ao Orbe, assim como a italianidade, a Itália de Mazzini, de Garibaldi e de todos os italianos que souberam conservar a sua própria dignidade e não apoiar o regime (Viroli, 2001: 160-161).

Interroga-se então: qual deve ser o objeto do patriotismo dos italianos? Uma tentativa de resposta partirá da seguinte premissa: o sentimento patriótico conserva a sua validade, não está extinto e subjaz, embora de forma pouco percebida, nos atos políticos de matriz democrática e cívica. A sustentar esta afirmação, o conceito de «patriotismo constitucional» de Habermas, uma ideia trabalhada em resposta à corrupção nocional do patriotismo. Como Maurizio Viroli (2001: 168) explica, Habermas propõe «un patriotismo fondato sulla lealtà ai principi politici universalistici della libertà e della democrazia incorporati nella costituzione della Repubblica». Esta ideia tem sido bastante utilizada no contexto do debate italiano sobre a identidade nacional para demonstrar a existência de um núcleo identitário partilhado e validar a Itália enquanto detentora de uma «identidade de nação democrática», expressão utilizada pelo investigador Massimo Rosati (2000: XII).

Para o historiador e politólogo Gian Enrico Rusconi, por exemplo, a Resistência e os movimentos antifascistas constituem o núcleo genésico da identidade italiana enquanto nação democrática por terem sido eles, através de um pacto de convivência entre as diversas forças político-partidárias, a promover a elaboração da Constituição de 1948, a qual, para além de traduzir juridicamente um sentimento de solidariedade coletivo, definia a nova relação entre os cidadãos e o Estado na base da centralidade da pessoa humana e dos respetivos direitos e deveres (Rusconi, 1999: 25; Viroli, 2001: 28-30). Rusconi defende, por conseguinte, que a Constituição recuperava o patriotismo do *Resorgimento*, isto é, «il senso di lealtà ed affetto verso la forma politico-istituzionale democratica del nostro paese» (Rusconi, 1997, citado por Rosati, 2000: 30).

Como efusivamente escreve Maurizio Viroli, outro indagador de renome na busca da identidade italiana, «non abbiamo parole, immagini, metafore, storie, adatte a rendere chiaro, come se lo vedessimo con i nostri occhi, il significato della Repubblica, della nostra Repubblica» (Viroli, 1996: 84).

Se Rusconi e Viroli colocam os acontecimentos de 1946-1948 na base da identidade nacional, esta posição é especialmente criticada por um conjunto de autores que identifica, para aquele período, um conjunto de particularidades e de tensões ideológicas edificantes de uma pseudodemocracia.

Para Ernesto Galli della Loggia, por exemplo, a Resistência não alicerça a identidade nacional. Ela constitui, acima de tudo, um não-fundamento, dado que o Partido Comunista Italiano, força antidemocrática e antinacional, integrou as coligações governamentais do imediato pós-guerra e a Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1948. Nesta perspetiva, tais atos não seriam democráticos ou liberais *de facto*, mas concretizados na base da correlação deficitária estabelecida entre as necessidades da nação e as opções parcias de democratismo disponibilizadas

pelos decisores políticos. A demonstrá-lo, defende Loggia, estava o centralismo, a influência comunista e o constitucionalismo limitado do ponto de vista da autonomia regional ou local (Della Loggia, 1996 cit. por Rosati, 2000: 32-36).

Marcello Veneziani, na mesma linha de pensamento, sublinha que o antifascismo produziu uma não-ideia da Itália, posto o que não poderia nuclear uma identidade nacional verdadeira. Para o autor, o antifascismo fora uma mescla de quadrantes políticos opostos, predominando na sua matriz ideológica a ideologia piemontesa, unificadora, centralista e, por conseguinte, negadora de todos os pactos nacionais da italianidade. Por esta razão, Veneziani incitava à criação de uma nova linguagem do patriotismo, recuperando os princípios políticos do *Risorgimento* e a respetiva capacidade de síntese entre os valores tradicionais e a modernidade. Outro facto a realçar é a diferenciação que estabelece entre *Resistenza* e *Risorgimento*. Se esta foi uma guerra patriótica contra um inimigo estrangeiro, aquela, em virtude do multipartidarismo e contrai-deologias que envolveu, não poderia funcionar como o substrato fundacional de uma imagem unitária referencial (Veneziani, 1987 e Veneziani, 1993, citado por Rosati 2000: 37-40). Estas circunstâncias espriavam-se na Constituição de 1948, a qual, em devendo constituir um ato político identificador de âmbito nacional, não conseguira «saldare il popolo italiano in una identità largamente e profondamente riconosciuta» (Veneziani 1987, citado por *idem*: 40).

Não obstante as notas particularistas que demarcam o pensamento dos autores que referimos, sobressai uma convergência comum: a construção de uma Itália cívica na base do patriotismo constitucional, o mesmo é dizer, do patriotismo dos democráticos. Como sublinha Gian Enrico Rusconi, a Constituição de 1948, sem qualquer referência explícita ao conceito de pátria, incluía o povo italiano, titular da cidadania democrática, numa nova entidade histórica e cultural: a República Italiana. Esta consignava-lhe valores, vínculos,

direitos e deveres inerentes à sua existência enquanto comunidade nacional solidária e, ao mesmo tempo, definia e prescrevia esta integração cívica como a própria essência da sociedade política. Neste sentido, uma cidadania ativa, para além de constituir uma parte da identidade dos cidadãos, era também uma virtude cívica na medida em que deliberava pelo bem comum, preterindo o interesse individual ao progresso espiritual e material da sociedade e ao seu funcionamento em democracia (Rusconi, 1999: 25-29).

Há, no entanto, que trazer ainda à colação dois problemas que emergem no contexto político italiano: a questão do federalismo e do regionalismo e o fenómeno separatista. Ambos surgem centralmente posicionados na discussão da identidade nacional e ambos partem de uma demarcação face à lógica administrativa e institucional executada pelo Estado. A Constituição de 1948 sancionava a organização administrativa através das regiões, enquadrando-as no espírito do autogoverno democrático para corrigir o tradicional estatismo centralista do fascismo (Ciuffoletti, 1994: 166-167). Todavia, a sua demarcação regionalista não seguiu critérios sólidos, nem foi elaborado um programa local desenvolvimentista. O resultado foi um território desequilibradamente organizado, não abonador das identidades específicas regionais ou sequer dos recursos humanos e naturais disponíveis. Não havia também uma autonomia real, pelo que o suposto Estado regional era, na verdade, um Estado partidocrático, pois a mediação entre as instituições e a sociedade concentrou-se não nas autonomias locais mas nos partidos, dotados com uma estrutura centralista, e na Câmara dos Deputados em Roma (*idem*: 166). Posto isto, compreende-se por que é que o debate em torno do federalismo e do regionalismo surge ciclicamente em Itália. No decorrer da segunda metade do século XX, a discussão despontou com especial fulgor no após II Guerra Mundial e nos anos 60, 80 e 90. Presentemente, permanece um tema em aberto, procurando-se soluções para a incapacidade governativa do Estado

que excedam a simples modificação de mecanismos eleitorais ou uma reforma institucional de cosmética.

De acordo com a Constituição de 1948, a cidadania nacional concilia-se com o particularismo da pertença étnica, reconhecido e tutelado pela República una e indivisível através da promoção das autonomias locais (Rusconi, 1999: 33-36). Neste sentido, qualquer desvio a uma integração cívica e democrática é considerado antirrepublicano e antipatriótico, o que faz com que o desejo de secessão declarado pelas ligas separatistas do norte da Itália seja considerado como uma negação da Constituição e uma violação da unidade e do equilíbrio da República⁸. Visando instaurar uma espécie de etnodemocracia, separando-a da nação histórica, o processo de formação de ligas separatistas representa um questionamento do sentido da identidade nacional, pois, como nota Gian Enrico Rusconi (1999: 31), a sua existência constitui uma «prova vivente della tesi ripetuta con zelo che l'Italia è una «nazione mancata», una «non-nazione». Ligando-se esta ideia ao princípio da solidariedade cívica, o separatismo surge como um nacionalismo egoísta, assente na preservação e na obtenção de interesses próprios por via da secessão face à comunidade política de inserção, considerada limitativa em termos económicos e político-administrativos. De facto, são as regiões economicamente possantes da Lombardia, da Padania e do Véneto que pretendem desvincular-se de uma península considerada subdesenvolvida e que absorve grande parte dos dividendos por elas produzidos. Convém, no entanto, ressaltar que o fator económico não é o único motivo. É um importante catalisador, sem dúvida, mas é inobliterável a influência do secular da Áustria na região, plasmando-se em percursos históricos e tradições

⁸ O fenómeno da constituição de ligas separatistas inicia-se nos anos 80 com a criação da *Lega Veneta*, seguindo-se a *Lega Lombarda* e a *Lega Nord* (Diamanti, 1996: 5-108).

político-culturais e económico-sociais distintos (Ciuffoletti, 1994: 176-182; Dieckhoff, 2000: 37-38, 115-121).

Poderão estas manifestações ser consideradas como produto da incapacidade vinculadora da República Italiana? Da improficiência na promoção de comportamentos solidários e na fixação de objetivos que se projetem para lá da esfera dos direitos individuais e dos grupos de pertença? Para Gian Enrico Rusconi (1999: 21), o verdadeiro problema da Itália não é um *deficit* de democracia mas a inexistência de uma consciência democrática madura que una fortemente os italianos. Projetando estas considerações para o âmbito da política externa da Itália, verifica-se como o Governo italiano pretendeu inserir estrategicamente o país no processo de construção da Europa comunitária, não só para inverter a fragilidade política, económica e social em que o país caíra no final da II Guerra Mundial, mas também para fortalecer o sistema político nacional e o democratismo dos italianos. Foi neste contexto que a Europa foi transformada num «mito nacional» (Cacace & Mammarella, 2010: 236-238), destinado precisamente a cimentar uma «identidade de nação democrática»⁹ (Rosati, 2000: XII). A mesma lógica subjaz ao posicionamento do Governo italiano ao lado dos movimentos de independência da África e da Ásia, no seguimento da II Guerra Mundial. Invocando o seu esmero na proteção da liberdade dos povos, tendo no seu passado, quer a luta contra a soberania estrangeira, quer a resistência contra o fascismo e o nazismo, os italianos intentavam criar uma nova consciência interna através da defesa da liberdade para todos os povos. Citemos a propósito o discurso de Carlo Sforza, Ministro dos Negócios Estrangeiros, à Assembleia-geral da ONU, em Abril de 1949:

⁹ Recordemos que a Itália foi, nos anos 50, um dos Estados fundadores da CECA e da CEE, intervindo também para transformar a Comunidade Europeia de Defesa na Comunidade Política Europeia (Varsori, 2005: 75-86; Cacace & Mammarella, 2010: 190-199).

«Noi italiani siamo stati oppressi per secoli e ci siamo risolti in base ai principi della democrazia e della nazionalità. I nostri eroi nazionali furono Mazzini e Garibaldi che rimasero poi presenti ovunque si combatté per la vittoria dei nuovi ideali. Parve, in un oscuro momento, che la marea del fascismo e del nazismo oscurasse il nostro passato e che i successi delle dittature impedissero per sempre la realizzazione di questi ideali. È questo il motivo per cui gli attuali dirigenti della Repubblica italiana sentirono sin dall'inizio del regime fascista che la loro tenace lotta contro tale regime serviva la libertà di tutte le nazioni. [...] Ecco perché la Repubblica italiana, che pur non ha la responsabilità in eventi che o suoi capi hanno sempre combattuto, vuole affrettare e realizzare l'indipendenza dei popoli dell'Africa» (Sforza, 1952: 146-147).

Concluindo: a noção de «nação democrática» evoca uma maior disponibilidade para reconhecer traços partilhados e partilháveis numa identidade nacional como fonte do bem-comum, da liberdade e da democracia. Pressupõe também uma maior capacidade de diálogo e de integração, ao contrário das experiências anteriores. Piero Gobetti (1901-1926), político antifascista, definiu precisamente o *Risorgimento* como o «solilóquio de Cavour» (Gobetti, 1960, citado por Rosati, 2000: 131). Ora, se o *Risorgimento* foi apenas numa revolução incompleta, impondo a unificação territorial e descuidando a agregação moral e espiritual, o Estado também não conseguiu construir uma nação quando foi fascizado, nem o tem conseguido com a República, como o demonstram as manifestações separatistas das diversas ligas nortenhas, os desejos autonomistas da Sicília e da Sardenha e as sistemáticas crises políticas, perturbando a vivência numa comunidade nacional que se pretende fundada nos ideais cívicos e democráticos.

Referências bibliográficas

- Beales, D. (1981). *The Risorgimento and the unification of Italy*. London; New York: Longman.
- Cacace, P.; Mammarella, G. (2010). *La politica estera dell'Italia. Dallo stato unitario ai giorni nostri*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Ciuffoletti, Z. (1994). *Federalismo e regionalismo. Da Cattaneo alla Lega*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Diamanti, I. (1996). *Il male del Nord: Lega, localismo, secessione*. Roma: Donzelli.
- Dieckhoff, Alain. (2000). *La nation dans tous ses états. Les identités nationales en mouvement*. Paris: Flammarion.
- Fumagalli, G. (1995). *Cbi l'ba detto? 2327 citazioni italiane e straniere in lingua originale e con la traduzione, di origine storica e letteraria con aggiunta di aneddoti e curiosità e delle fonti autentiche*. (10.^a ed.). Milano: Ulrico Hoepli Editore.
- Gentile, E. (1998). *Il culto del littorio*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Gentile, E. (2004). L'homme nouveau du fascisme. In P. Milza & M. Matard-Bonucci (Ed.), *L'homme nouveau dans l'Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme* (pp. 35- 63). Paris: Fayard.
- Gentile, E. (2005). *Les religions de la politique. Entre démocraties et totalitarismes*. Paris: Éditions du Seuil.
- Guichonnet, P. (1970). *L'unité italienne*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Hbermas, J. (1989). *The new conservatism: cultural criticism and the historians' debate*. Cambridge: MIT Press.
- Habermas, J. (1998). *Inclusion of the other. Studies in political theory*. Cambridge: MIT Press.
- Hermet, G. (1996). *História das nações e do nacionalismo na Europa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mussolini, B. (1920). Discorso di Trieste, 20 settembre 1920. *Benito Mussolini*. Disponível em: <http://www.mussolinibenito.net/discorso%20di%20trieste.htm>.
- Mussolini, B. (1932). Discorso per Anita Garibaldi, 30 maggio 1932. *Benito Mussolini*. Disponível em: <http://www.mussolinibenito.net/discorso%20garibaldi.htm>.
- Mussolini, B. (1936). La proclamazione dell'impero. Discorso del 9 maggio 1936. *Il Duce Net*. Disponível em <http://www.ilduce.net/proclimpero.htm>.
- Mussolini, B. ; Gentile, G. (2001). Fascisme. In Enzo Traverso (comp.), *Le totalitarisme: le XX^e siècle en débat* (122-136). Paris: Éditions du Seuil.
- Schulze, H. (1997). *Estado e nação na história da Europa*. Lisboa: Presença.
- Sforza, C. (1952). *Cinque anni a Palazzo Cbigi: la politica estera italiana dal 1947 al 1951*. Roma: Atlante.
- Rosati, M. (2000). *Il patriotismo italiano. Culture, politiche e identità nazionale*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Rusconi, G. E. (1999). *Possiamo fare a meno di una religione civile?*. Roma – Bari: Editori Laterza.

- Traverso, E. (comp.) (2001), *Le totalitarisme: le XX^e siècle en débat*. Paris: Éditions du Seuil.
- Varsori, A. (2005). A Itália e a integração europeia. In A. Costa Pinto e N. Severiano Teixeira (Eds.), *A Europa do sul e a constituição da União Europeia (1945-2000)* (pp. 75-95). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Viroli, M. (1996). Il significato della Repubblica. *Critica Liberale*. 22, 84-86.
- Viroli, M. (2001). *Per amore della patria. Patriotismo e nazionalismo nella storia*. Roma; Bari: Editori Laterza.